

## CONFLITOS ENTRE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E TERRAS INDÍGENAS: o caso da Ilha do Bananal – TO

Vinícius Galvão Zanatto\*

### Resumo

A partir de uma problemática identificada pela sobreposição de *layers*, que é a superposição de diversas camadas de dados de uma mesma área, identifiquei conflitos territoriais envolvendo os órgãos ambientais e indigenista, ambos responsáveis por formas distintas de uso e apropriação do território, porém são atores em um processo maior conduzido pelo Estado brasileiro. O estudo de caso se concentra na Ilha do Bananal, maior ilha fluvial do mundo de grande importância ecológica, situada na zona de transição entre os biomas Cerrado e Amazônia. Há nessa área a sobreposição de duas Terras Indígenas com o Parque Nacional do Araguaia, a Terra Indígena Inawebohonà e a Utaria Wyhyna / Iròdu Iràna, e os conflitos gerados a partir destas sobreposições se dão pela forma diferenciada de apropriação e uso que os atores fazem do território. Trato a questão das sobreposições como um conflito socioambiental que se configura nos distintos usos que se faz do território, proponho que haja um planejamento visando à gestão ambiental e territorial das Terras Indígenas e do Parque Nacional do Araguaia, que poderá desencadear ações que minimizam os impactos ambientais e diminuam as desigualdades sociais, preservando o meio ambiente e as práticas tradicionais indígenas.

**Palavras-chave:** Terra Indígena; Unidade de Conservação; Sobreposição Territorial; Parque Nacional do Araguaia; Ilha do Bananal.

### Abstract

From a problem identified by overlapping layers, which is a overlapping of several layers of data of same area. I identified territorial conflicts involving indigenous and environmental

---

\* Geógrafo, formado pela Universidade de Brasília.

organizations, both responsible for different forms of use and appropriation of territory, but they are actors in a larger process conducted by the Brazilian state. The case study focuses on the Bananal Island, the largest river island in the world and a place of great ecological importance, situated in the transition zone between the Cerrado and Amazon biomes. There is in this area the overlap of two Indigenous Reserves with the Araguaia National Park, Inawebohonà Indigenous Reserve and Utaria Wyhyna / Iròdu Iràna Indigenous Reserve, and the conflicts generated from these overlaps are given by different way of appropriation and use those actors. They make the territory. I treat the issue of environmental overlays as a conflict that sets the different uses made of the territory, I propose that there is a plan aimed at environmental and territorial management of indigenous lands and the Araguaia National Park, which can trigger actions that minimize impacts and reduce environmental and social inequalities, preserving the environment and indigenous traditional practices.

**Keywords:** Indigenous Reserve, Conservation Unit, Territorial Overlap, Araguaia National Park, Bananal Island.

## **Introdução:**

O reconhecimento da problemática a ser estudada foi feita a partir do método de sobreposição de *layers*, ou seja, a superposição de diversas camadas, que de acordo com Rosa (2011), consiste na representação de diversos dados que pertencem à mesma área. Rosa (2011) afirma que utilizando o método de sobreposição podemos identificar fenômenos, seus padrões e a relação entre eles.

Neste trabalho reconheci uma problemática de cunho territorial, envolvendo diversas comunidades indígenas, a FUNAI (Fundação Nacional do Índio) e o ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade) em diversas regiões do Brasil. Delimitei, a partir desta constatação, uma situação que abarcava o Parque Nacional do Araguaia e as etnias Karajá e Javaé, na Ilha do Bananal, no estado de Tocantins. Dentro dos diversos conflitos envolvendo comunidades indígenas, aqueles envolvendo sobreposição territorial são de extrema importância para a análise geográfica e para os povos indígenas, por ser no uso do território que os diversos interesses se chocam.

A escolha do caso de sobreposição na Ilha do Bananal foi feita por diversos motivos, sua localização, por se situar no Brasil central, que tem características singulares de ocupação, e pelo fato de que grande parte dos estudos referentes a terras e comunidades indígenas se

concentrar na região da Amazônia Legal. Outro motivo é que por ser um caso emblemático de sobreposição territorial com diversas pesquisas realizadas e com vários grupos de trabalho montados pelas instituições ambiental e indigenista para se resolver os conflitos.

Dentro deste contexto conflitante optei por esclarecer a relação estabelecida pelos órgãos indigenista e ambiental, ambos responsáveis por processos diferentes de territorialização empreendidos pelo Estado brasileiro, porém a pesquisa em nenhum momento deixou de lado as comunidades indígenas envolvidas no processo.

A Cartografia foi utilizada neste trabalho com o intuito de demonstrar a diversidade das relações existentes nos múltiplos territórios.

De acordo com a Associação Cartográfica Internacional (1966 *apud* JOLY, 1990):

A Cartografia apresenta-se como o conjunto de estudos e operações científicas, técnicas e artísticas que, tendo por base os resultados de observações diretas ou da análise de documentação, se voltam para a elaboração de mapas, cartas e outras formas de expressão ou representação de objetos, elementos, fenômenos e ambientes físicos e socioeconômicos, bem como a sua utilização.

Neste sentido o produto final cartográfico, o mapa, se caracteriza por ser uma informação sobre os objetos, as formas, os fatos e as relações contidas no espaço (JOLY, 1990). O mapa é passível de interpretação e sua mensagem pode ser utilizada para a comunicação científica e como instrumento de planejamento. Anjos (2008) aponta que um mapa não é o território, porém nos produtos cartográficos existem as melhores possibilidades de representação e leitura da historicidade do território, é também um recurso estratégico para a transmissão, representação e leitura do conhecimento espacial.

Com as informações dos mapas produzidos é possível observar a dinâmica dos territórios indigenistas, conservacionistas e dos territórios dos indígenas. Além destes pontos é possível compreender a evolução dos conflitos gerados a partir da sobreposição destes territórios.

O presente artigo é parte integrante da pesquisa realizada no Departamento de Geografia da Universidade de Brasília, nas disciplinas Prática e Pesquisa de Campo I e II, orientada pelo Professor Doutor Rafael Sânzio Araújo dos Anjos, que resultou na elaboração de uma monografia sobre os conflitos envolvendo instituições dentro de territórios indígenas, mais especificamente o trabalho se concentrou na sobreposição territorial do Parque Nacional do Araguaia com as terras indígenas da região da Ilha do Bananal, localizada no sudoeste do Estado de Tocantins.

# 1. Caracterização e localização geográfica da Ilha do Bananal

## Localização da Ilha do Bananal no Brasil

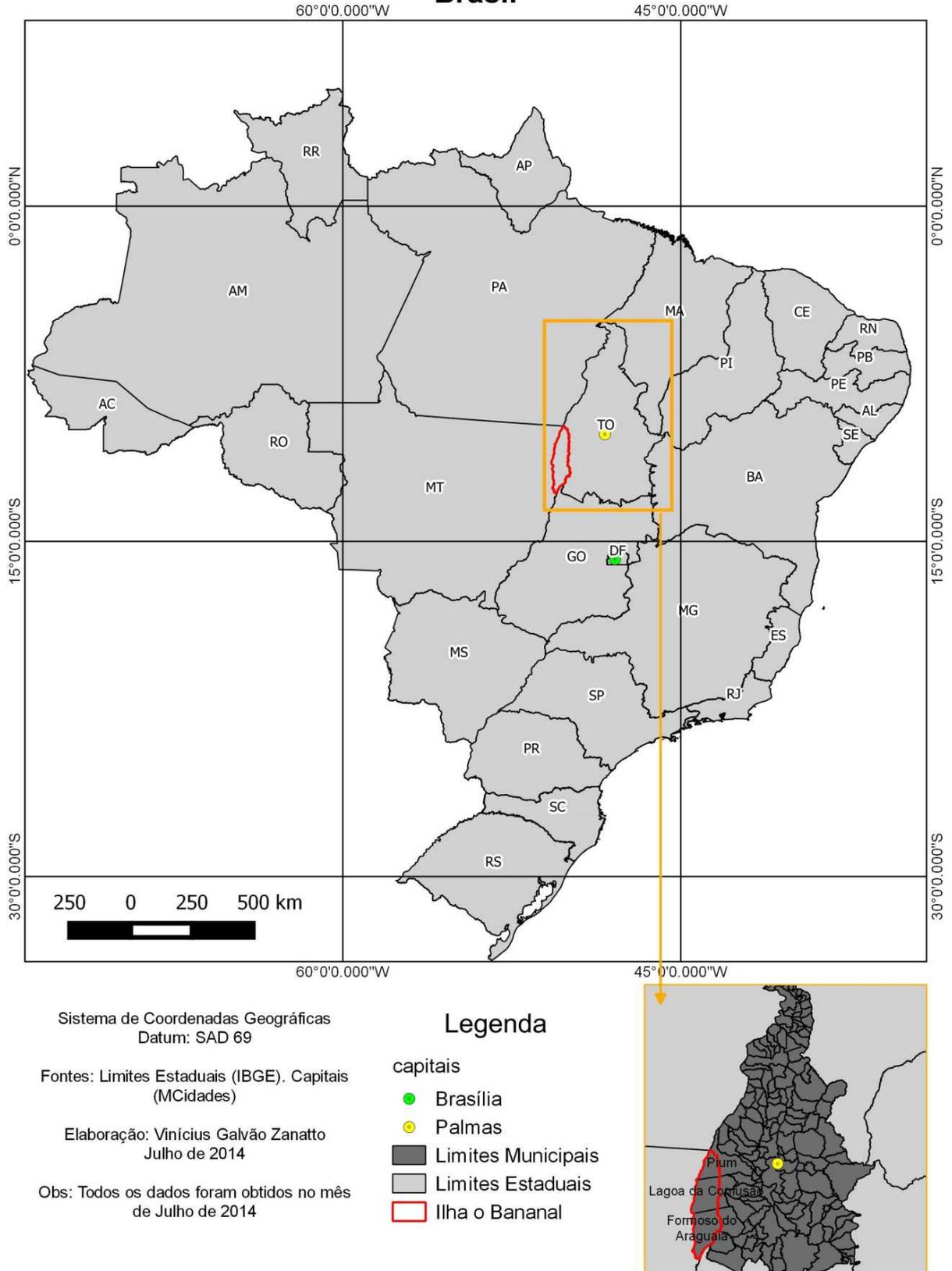


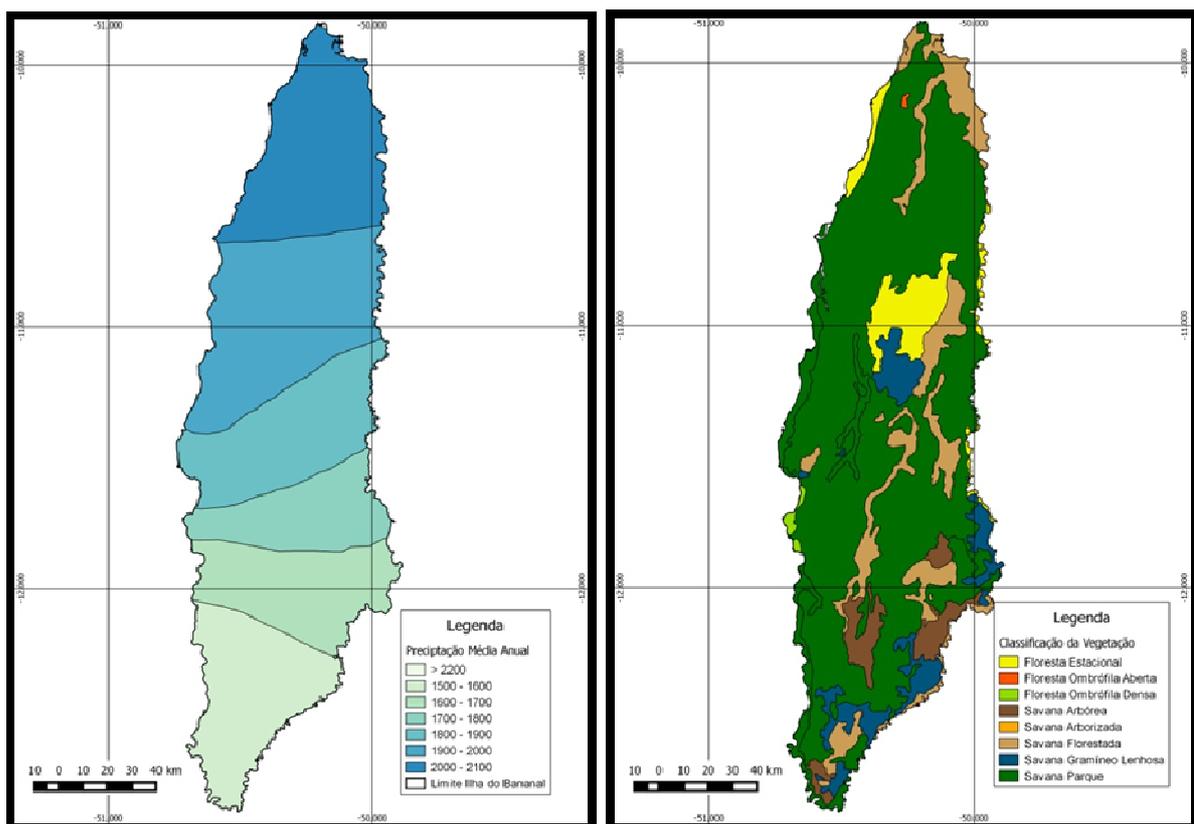
Figura 1. Mapa de Localização da Ilha do Bananal no Brasil.

Fontes: Elaboração própria a partir de dados de IBGE e Ministério das Cidades.

A Ilha do Bananal se localiza no Centro-Oeste brasileiro, na região sudoeste do Estado de Tocantins, nos limites com os Estados de Mato Grosso a oeste, Goiás a sul e Pará a norte. Abrange a área de três Municípios: Formoso do Araguaia, na parte norte da ilha; Lagoa da Confusão, ao centro; e Pium, na parte sul (Figura 1).

A ilha está inserida no médio curso da bacia do Rio Araguaia e é formada a partir de dois rios, o Rio Araguaia na parte oriental e o Rio Javaés, considerado o braço menor do Araguaia, na parte ocidental. Na linguagem indígena local os rios são conhecidos, respectivamente, como *berohokã* (“o grande rio”) e *bero biawa* (“rio companheiro”) (MACIEL, 2004). Ambos os rios correm de sul para norte.

A Ilha do Bananal é a maior Ilha fluvial do planeta, com cerca de 20 mil km<sup>2</sup> e ampla extensão latitudinal do extremo norte ao extremo sul, com uma distância aproximada de 330 km (REZENDE FILHO, 2013).



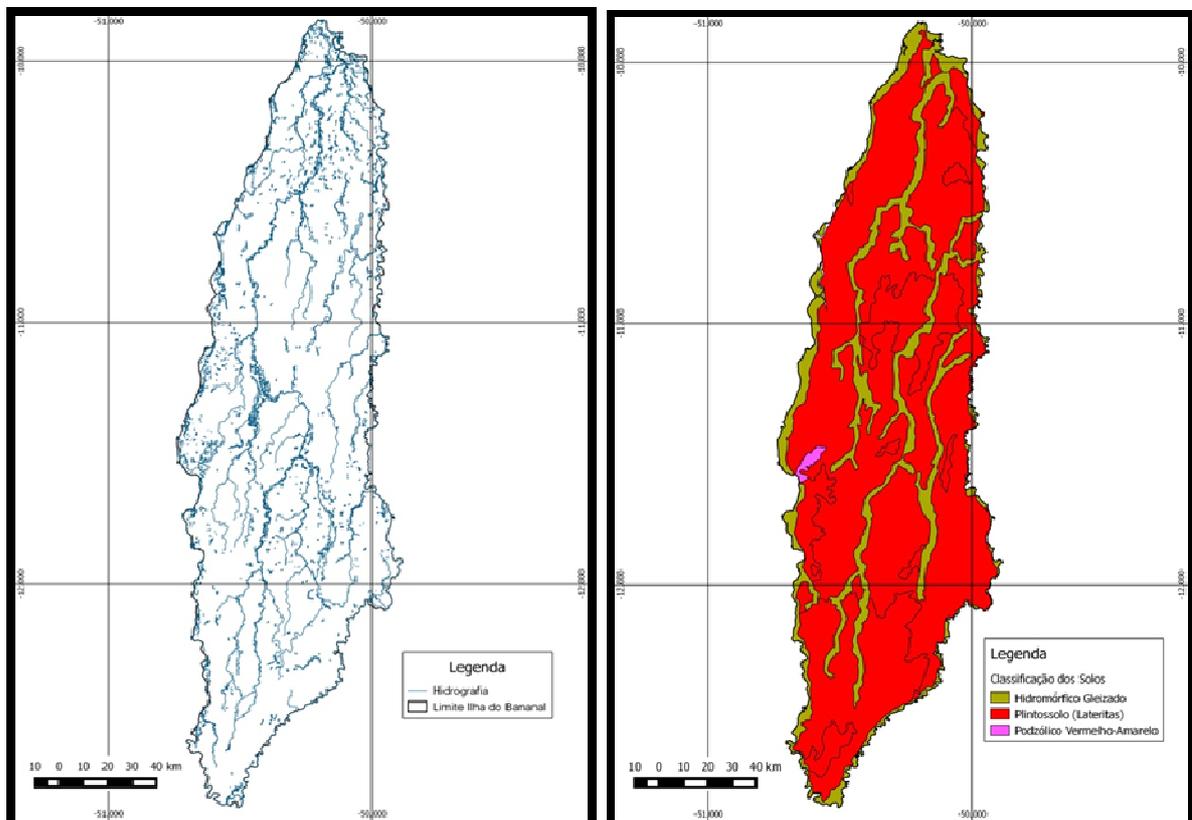
Figuras 2 e 3. **Clima e Vegetação da Ilha do Bananal**

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da SEPLAN/TO.

A região que compreende a Ilha do Bananal está inserida em uma zona de transição entre o bioma Cerrado e Amazônia, é uma área reconhecida pela grande diversidade biológica, foi considerada pela convenção Ramsar (2014) como uma Zona Úmida de

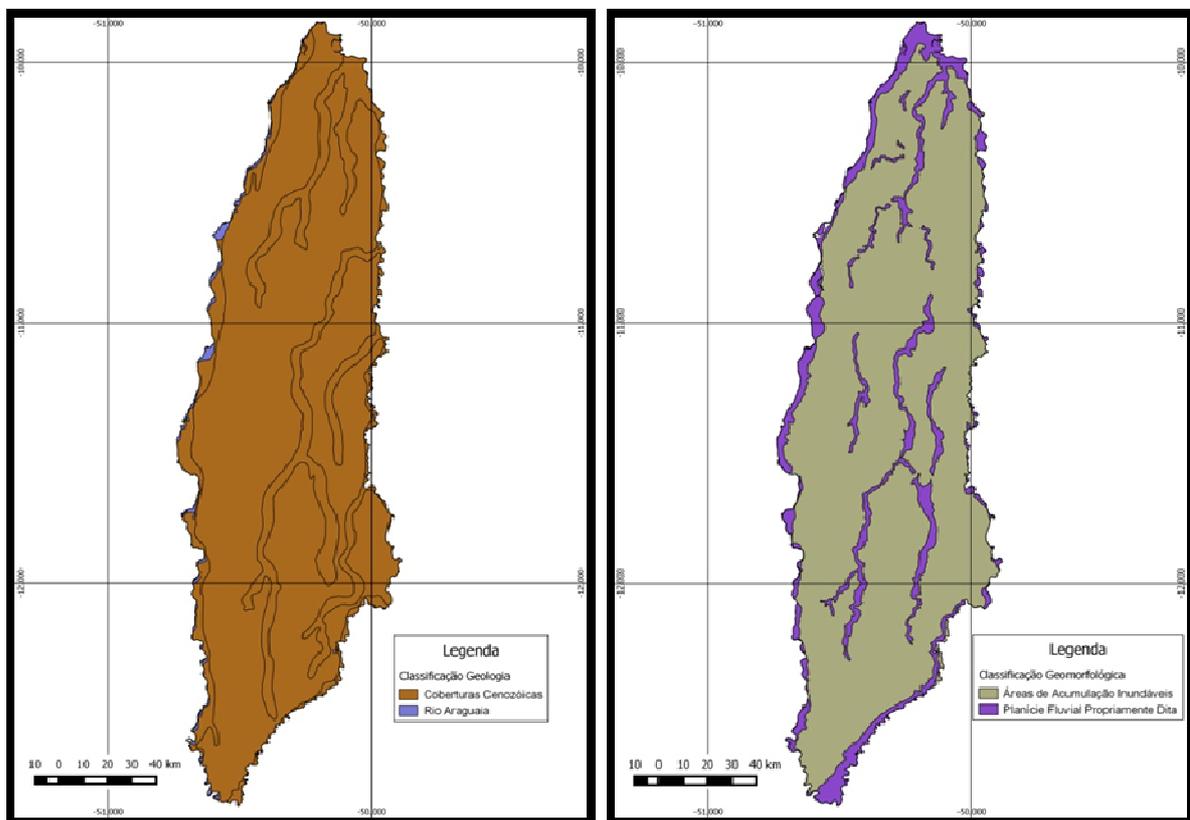
Importância Internacional, e definida pela UNESCO, em 1993, como parte integrante da Reserva da Biosfera do Cerrado, que é um instrumento de conservação e possuem uma coleção de ecossistemas característicos da região que estão inseridos, são espaços que devem fomentar a pesquisa científica, a educação ambiental e promover o desenvolvimento sustentável a partir das comunidades locais. Nesse sentido a Ilha do Bananal é um espaço extremamente importante para a conservação da diversidade social e biológica do Brasil.

A área de estudo encontra-se sob o domínio climático tropical semiúmido, o qual é caracterizado por uma estação chuvosa e uma estação seca, temperaturas médias anuais em torno de 25° C (VIEIRA, 2003). A precipitação media anual da ilha varia de 1600 mm a 2.100 mm, sendo na ponta norte da ilha o local de maior precipitação, podendo ultrapassar os 2200mm de chuva por ano (SEPLAN/TO). As fitofisionomias encontradas na Ilha do Bananal são: Savana Arbórea Densa, Savana Parque com Floresta de Galeria, Floresta Ombrófila Aberta Submontana com Cipó, Floresta Estacional Semidecidual Aluvial (Dossel Emergente). Sendo a fitofisionomia Savana Parque a dominante, caracterizada pelos campos de murundus (PLANO DE MANEJO DO PARQUE NACIONAL DO ARAGUAIA, 2001).



Figuras 4 e 5. **Hidrografia e Solos da Ilha do Bananal**  
 Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da SEPLAN/TO.

Localizada no médio curso do Rio Araguaia, formada por uma rede de drenagem com rios de médio e grande porte, sendo os Rios Araguaia e Javaés os principais formadores da ilha. Há diversas ilhas formadas por aluviões que dividem os leitos dos rios e a presença das ipucas que durante as cheias fazem as conexões entre os diversos rios e lagos da ilha (PLANO DE MANEJO DO PARQUE NACIONAL DO ARAGUAIA, 2001). Os principais tipos de solos que ocorrem na Unidade são as Lateritas Hidromórficas Distrófica e Álica em largas extensões da Ilha do Bananal e Gley Pouco Húmico Distrófico em menores extensões (PLANO DE MANEJO DO PARQUE NACIONAL DO ARAGUAIA, 2001). Tais solos se constituem como sendo pouco profundos e mal drenados, suscetíveis à sazonalidade das chuvas.



Figuras 6 e 7. **Geologia e geomorfologia da Ilha do Bananal**  
 Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da SEPLAN/TO.

São registradas cinco unidades litoestratigráficas: gnaisse do Complexo Goiano, quartzitos do Grupo Estrondo, sedimentos fluviais conglomeráticos e colúvios laterizados, sedimentos da Formação Araguaia e sedimentos holocênicos de calha fluvial (VIEIRA, 2003). A formação surgiu na era Cenozoica no período Quaternário. Situada na Unidade da Planície do Bananal. O relevo é influenciado pela dinâmica fluvial com dois compartimentos

geomorfológicos: a planície fluvial propriamente dita, áreas aplainadas em decorrência da acumulação fluvial; e áreas de acumulação inundáveis, resultado do depósito de sedimentos em terras baixas (PLANO DE MANEJO DO PARQUE NACIONAL DO ARAGUAIA, 2001).

## 2. As terras indígenas e o Parque Nacional do Araguaia na Ilha do Bananal

O primeiro ente fundiário a ser criado na Ilha do Bananal foi o Parque Nacional do Araguaia a partir do Decreto nº. 47.570, de 31 de dezembro de 1959. Porém, a ideia de se criar um Parque Nacional (PARNA) na ilha surge em 1876 com André Rebouças, inspirado no modelo americano de Yellowstone, o primeiro parque nacional do mundo. A ideia de Rebouças não considerava as populações indígenas como sendo ameaçadoras ao parque, na verdade elas dariam a ele um lugar de destaque (MACIEL, 2004). Tal ideia foi deixada de lado em função de interesses comerciais e econômicos. A proposta é retomada em 1952, com Wanderbilt Duarte de Barros e se consolida em 1959 (Figura 8) no governo de Juscelino Kubitschek, dentro de um conjunto de ações, já citados, conhecido como “Operação Bananal”.

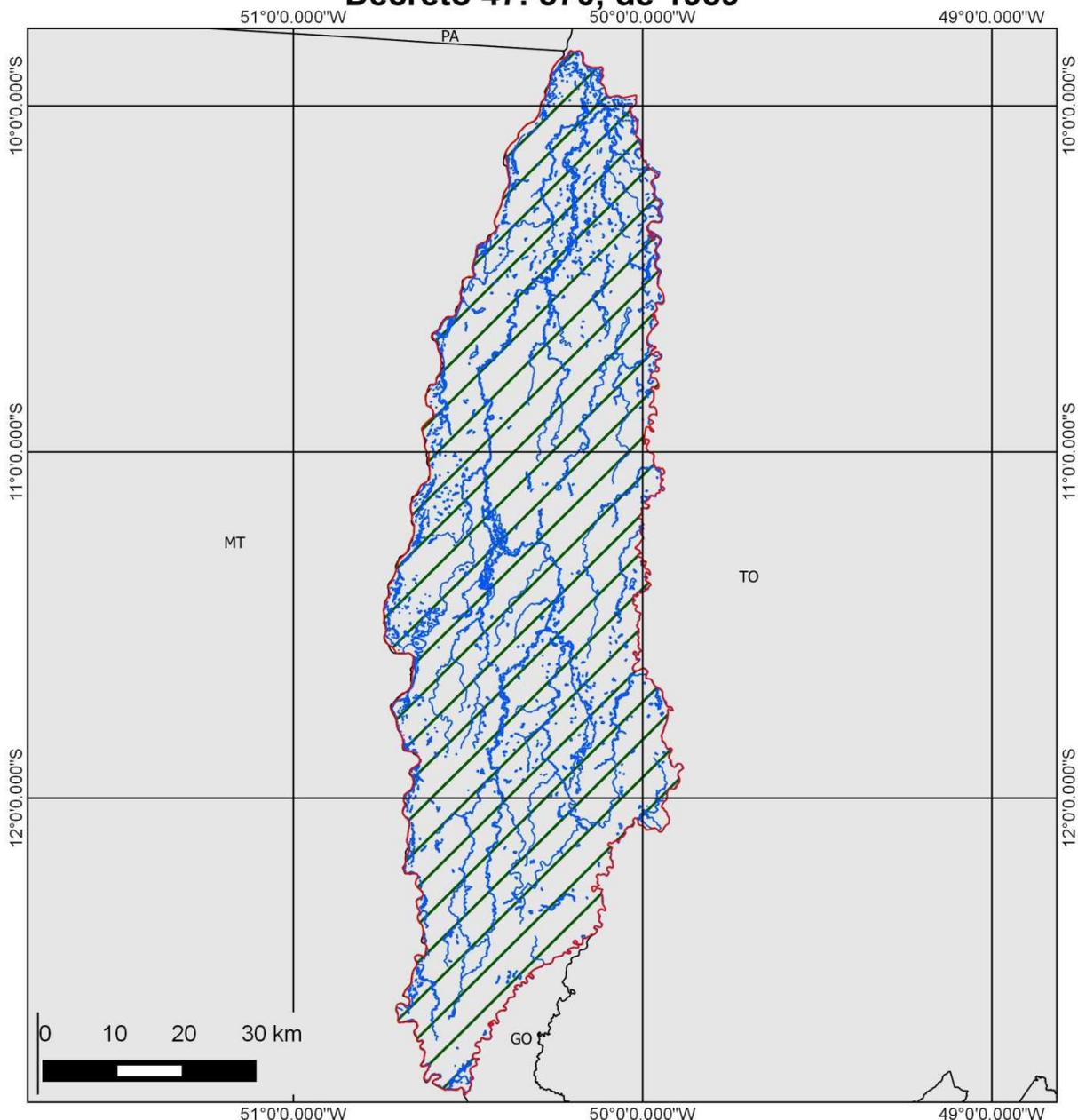
Inicialmente o PARNA abrangia a totalidade da ilha, sendo seus limites modificados em 1971, pois no final da década de 1960 a FUNAI reestabelece a territorialidade estatal indigenista, instituindo cobranças de taxas pela entrada de rebanhos bovinos na ilha (RODRIGUES, 1993, *apud* MACIEL, 2004).

Maciel (2004) coloca que como forma de solucionar a situação de sobreposição:

Funcionários do IBDF, sugerem em um relatório, assinado por A. de Miranda Bastos e Humberto de Miranda Bastos, datado de 23.01.1969, que o Parna ficasse restrito à região norte da ilha do Bananal, de modo a conformar tanto a territorialidade conservacionista, quanto a indigenista [...].

A partir desse ponto, estabelecido entre FUNAI e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), o Parque Nacional do Araguaia foi reduzido ao extremo norte da Ilha do Bananal, por meio do Decreto nº. 68.873, de 5 de julho de 1971. Sua área passou a ser de 460.000 ha, destinados à proteção ambiental. Neste momento, a Ilha do Bananal passa a ter dois entes fundiários responsáveis por maneiras distintas de utilização do território: o Parque Nacional do Araguaia e o Parque Indígena do Araguaia (PIA), com 1.540.000 ha.

## Abrangência PARNA do Araguaia Decreto 47. 570, de 1959



Sistema de Coordenadas Geográficas  
Datum: SAD 69

Fontes: Limites Estaduais (IBGE).  
Hidrografia (SEPLAN/TO), PARNA do  
Araguaia (Elaboração do Autor).

Elaboração: Vinícius Galvão Zanatto  
Julho de 2014

Obs: Todos os dados foram obtidos no mês  
de Julho de 2014. Os Limites Estaduais  
não correspondem aos limites de 1959.

### Legenda

-  Ilha do Bananal
-  Parque Nacional do Araguaia
-  Limites Estaduais
-  Hidrografia

Localização da área no Brasil

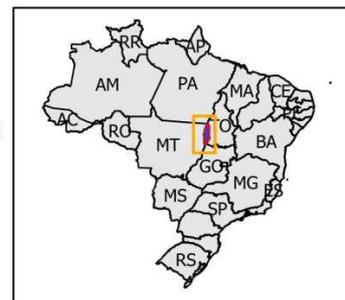
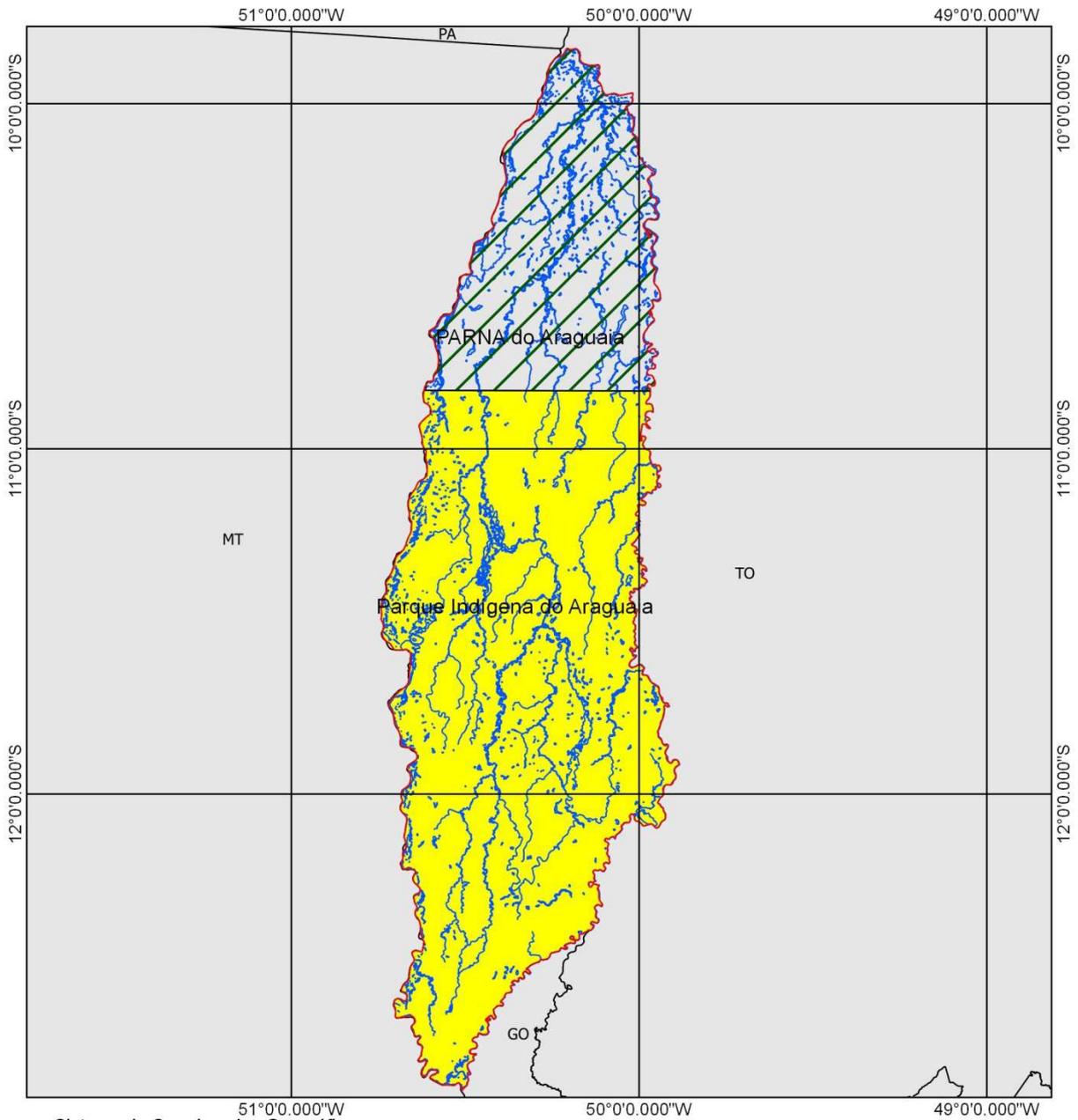


Figura 8. Mapa da abrangência PARNA do Araguaia segundo Decreto n°. 47.570/1959.

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados de IBGE e SEPLAN/TO.

## Divisão da Ilha do Bananal em 1973



Sistema de Coordenadas Geográficas  
Datum: SAD 69

Localização da área no Brasil

Fontes: Limites Estaduais (IBGE).  
Hidrografia (SEPLAN/TO) PIA do Araguaia  
e PARNA do Araguaia (Elaboração do  
autor).

Elaboração: Vinicius Galvão Zanatto  
Julho de 2014

Obs: Todos os dados foram obtidos no mês  
de Julho de 2014. Os Limites Estaduais não  
correspondem aos limites de 1973.

### Legenda

-  Ilha do Bananal
-  Parque Nacional do Araguaia
-  Parque Indígena do Araguaia
-  Limites Estaduais
-  Hidrografia

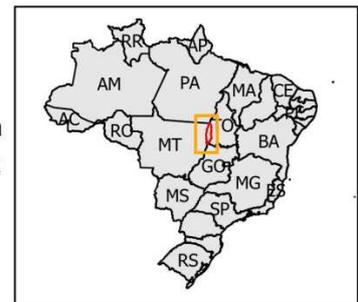
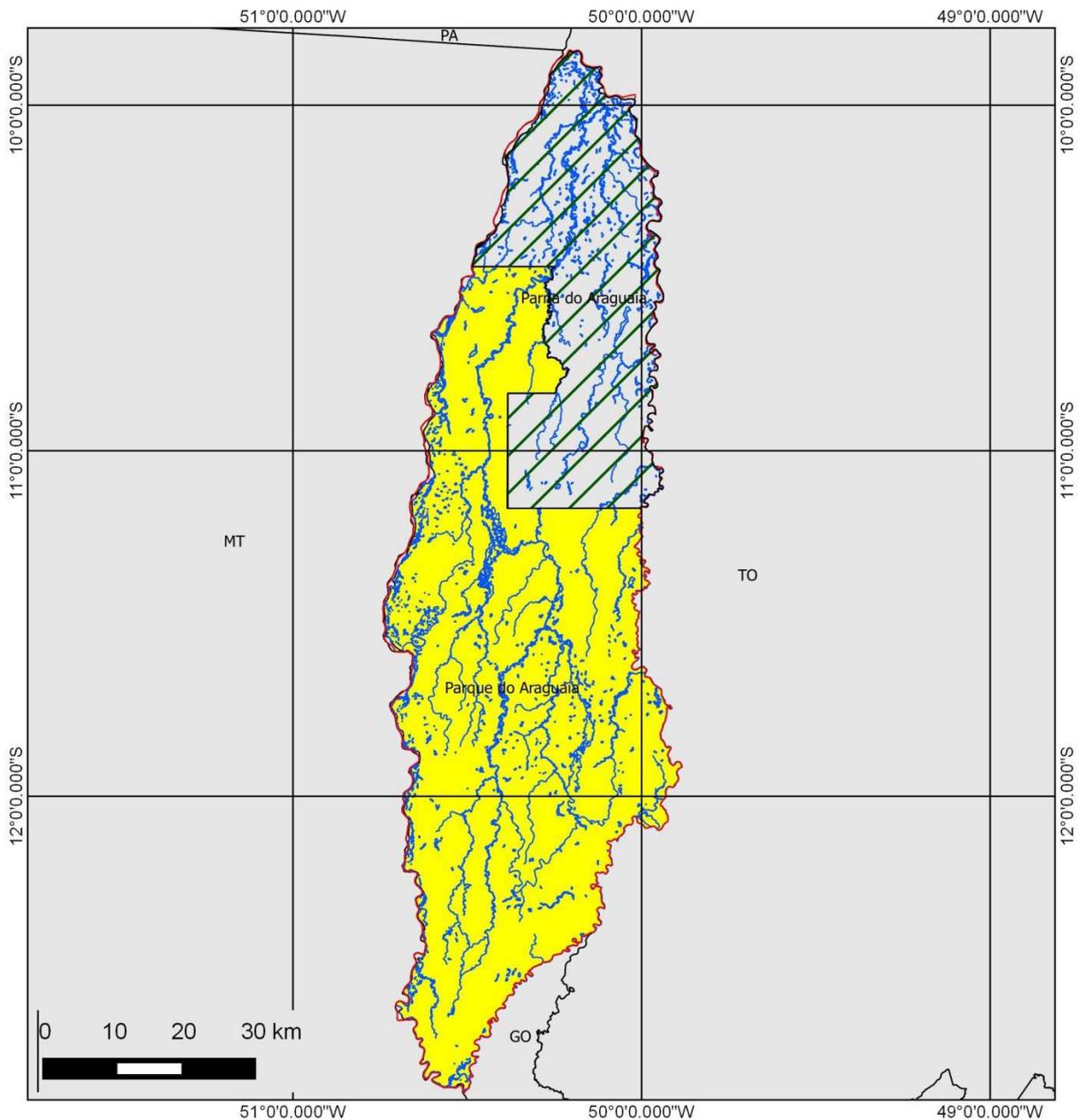


Figura 9. Mapa da divisão da Ilha do Bananal em 1973

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados de FUNAI, ISA, NEREUS/USP e SEPLAN/TO.

## Divisão da Ilha do Bananal de acordo com o Decreto 84.844 de 24 de Junho de 1980



Sistema de Coordenadas Geográficas  
Datum: SAD 69

Fontes: Limites Estaduais (IBGE).  
Hidrografia (SEPLAN/TO), PARNA do Araguaia (ICMBio), PIA (FUNAI).

Elaboração: Vinicius Galvão Zanatto  
Julho de 2014

Obs: Todos os dados foram obtidos no mês de Julho de 2014

### Legenda

-  Ilha do Bananal
-  Parque Nacional do Araguaia
-  Parque Indígena do Araguaia
-  Limites Estaduais
-  Hidrografia

Localização da área no Brasil

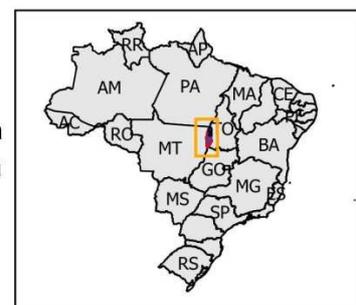


Figura 10. Mapa da divisão da Ilha do Bananal de acordo com o Decreto nº. 84.844/1980

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados de FUNAI, IBGE, ICMBio e SEPLAN/TO.

O PIA foi criado mediante Decreto nº. 59.263, de 22 de setembro de 1971. Em 1973 houve uma retificação do decreto de criação, mediante Decreto nº. 71.879, de 1º de março de 1973 (Figura 9), alterando os limites entre os dois parques, onde se lia “paralelo 10° 5’ de latitude sul, ponto dois” passou-se a ler “paralelo 10° 50’ de latitude sul, ponto dois”. De acordo com Rodrigues (2008) os novos limites diminuíram o Parque Indígena do Araguaia, que passara a ter 1.433.000 ha, e uma importante aldeia Karajá, aldeia Macaúba, ficou fora dos limites do parque.

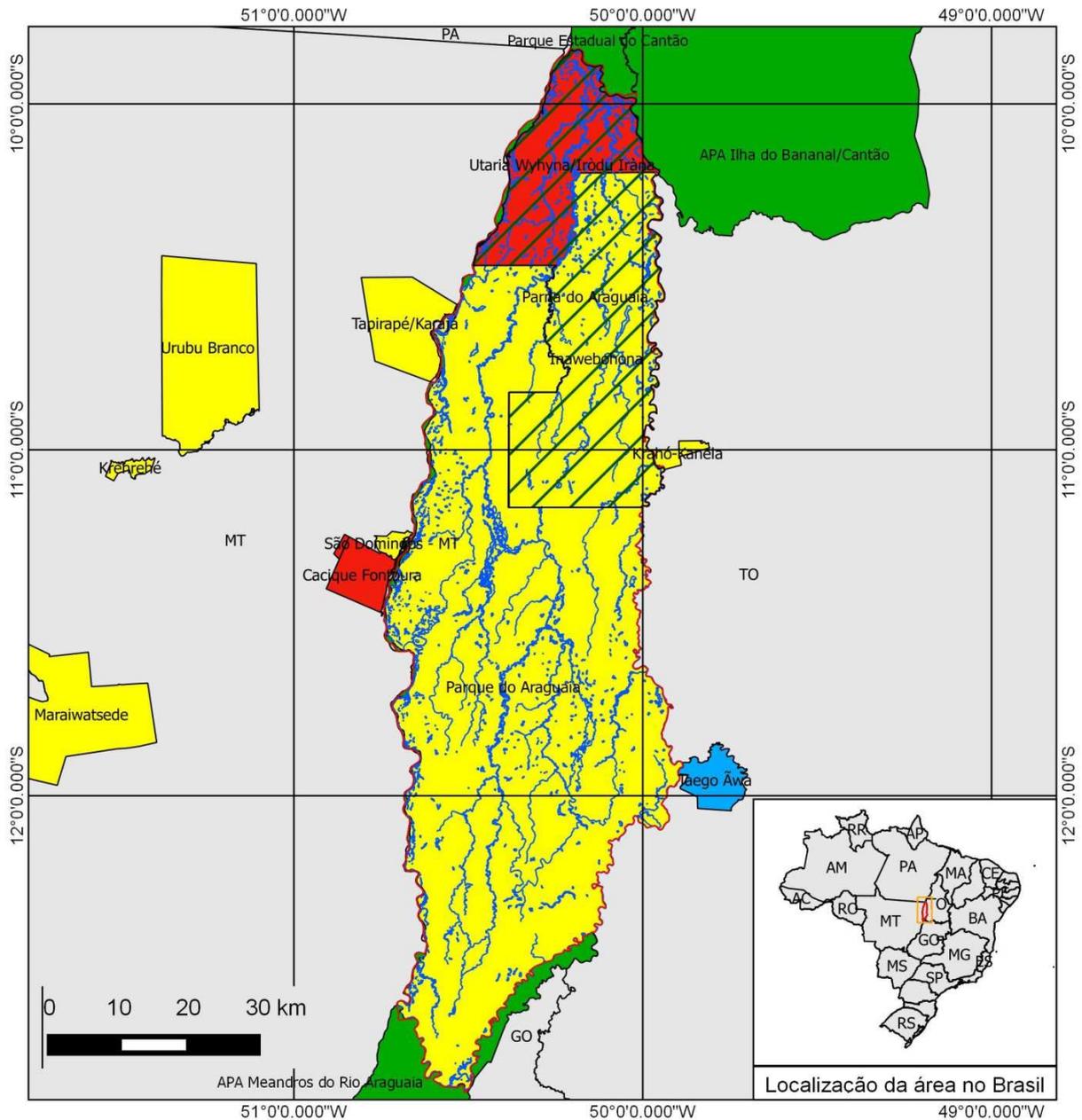
Em 1980, por meio do Decreto nº. 84.844, de 24 de junho de 1980, há uma nova definição dos limites dos parques (Figura 10). Rodrigues (2008) aponta que novamente há uma redução da área do parque, que passou a ter 1.395.000 ha, e foi corrigido o erro anterior, incluindo a aldeia Macaúba no PIA, apesar de corrigir tal erro, deixou-se de fora dos limites do Parque Indígena a aldeia Inãwebohoná (Boto Velho) pertencente à população Javaé.

Os territórios deixados de fora dos limites do PIA eram reivindicados pelo povo Javé desde a década de 1970. Em 1985 após mobilização dos Javaé de Boto Velho a FUNAI interditou uma a “Área Indígena Boto Velho” com 145.000 ha, sobreposta ao PARNA, tal interdição não ocorreu em toda a área que foi delimitada como Terra Indígena (TI) Inãwebohoná, excluiu-se desta área a Mata do Mamão. Os estudos de identificação dos territórios Javaé deixados de fora dos limites do Parque Indígena começaram somente em 1998, sob coordenação de André A. Toral. A partir desse estudo de identificação surge a proposta da TI Inãwebohoná, sobreposta ao Parque Nacional do Araguaia e compreendendo uma área de 377.113,5744 ha. No dia 20 de abril de 2001 a TI Inãwebohoná foi declarada como de posse permanente do povo Javaé pelo Ministério da Justiça (RODRIGUES, 2008). A demarcação da TI foi feita em 2002, sendo homologada em 19 de abril de 2006.

De acordo com Toral (2004) em 2003, por uma demanda dos Karajá da aldeia Macaúba, um novo grupo de trabalho foi estabelecido na Ilha do Bananal para identificação da TI Utaria Whyhyna, também sobreposta ao Parque Nacional do Araguaia. Tal proposta tornaria toda a ilha em Terras Indígenas, pois sua área ocuparia o restante do PARNA que não estava sobreposta à nenhuma TI. Atualmente a proposta de criação da TI Utaria Whyhyna encontra-se no estágio de demarcada, faltando sua homologação e regularização. Esta nova TI abrange a parte norte da ilha e havia diversas aldeias, porém, por causa da presença da sede do PARNA ter sido nesta área e pelas condições de vida nas aldeias, a população migrou para a aldeia Macaúba, onde havia um posto indígena da FUNAI e uma missão evangélica, que proporcionavam melhores condições para as pessoas. Atualmente os indígenas estão reocupando a parte norte da ilha, havendo já três aldeias Karajá instaladas no interior da TI

Utaria Whyhyna.

### Situação Atual da Ilha do Bananal e Entorno Referente a UC's e Terras Indígenas



Sistema de Coordenadas Geográficas  
Datum: SAD 69

Fontes: Limites Estaduais (IBGE), Hidrografia e UC Estadual (SEPLAN/TO), UC Federal (ICMBio), Terras Indígenas (FUNAI).

Elaboração: Vinicius Galvão Zanatto  
Julho de 2014

Obs: Todos os dados foram obtidos no mês de Julho de 2014

#### Legenda

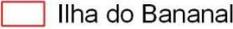
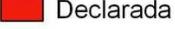
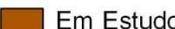
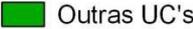
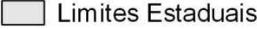
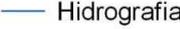
- |  |   |
|--|---|
|  Declarada      |  Ilha do Bananal   |
|  Delimitada     |  PARNA do Araguaia |
|  Em Estudo      |  Outras UC's       |
|  Encaminhada RI |  Limites Estaduais |
|  Homologada     |  Hidrografia       |
|  Regularizada   |   |

Figura 11. Situação atual da Ilha do Bananal e entorno referente à PARNA e TI.

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados de FUNAI, IBGE, ICMBio e SEPLAN/TO.

### 3. Os conflitos e as tentativas de resoluções

Maciel (2004) aponta que inicialmente, através dos acordos que definiam os limites do PARNA do Araguaia e do PIA, a FUNAI negava à população Javaé de Inãwebohoná a assistência necessária e firmava, com o IBDF, órgão responsável pelo PARNA na década de 60, uma aliança momentânea. Tal união entre os órgãos pode ser observada a partir dos diálogos estabelecidos entre eles. A instituição ambiental designava os Javaé como “invasores” do PARNA, e solicitou diversas vezes a saída da população indígena da área do parque (MACIEL, 2004). Por sua vez, a FUNAI solicita ao chefe do Posto Indígena em Canoanã que conscientize os indígenas a permanecerem na área do PIA (MACIEL, 2004).

A situação de apoio entre as instituições se inverte no momento em que as ações locais, as tentativas de transferência do povo Javaé para Canoanã, ocorrem, pois as ações locais desencadearam comportamentos distintos dos agentes conservacionistas e indigenistas, levando a frequentes atritos (MACIEL, 2004).

Para Maciel (2004), os estudos de identificação da Terra Indígena Inãwebohoná significaram uma vitória política e territorial indígena e indigenista sobre a territorialidade conservacionista, porém esta situação contribuiu para que o conflito entre as instituições indigenista e ambiental emergisse novamente. Desta vez o conflito foi reconhecido na contestação dos estudos da TI Inãwebohoná.

Os conservacionistas se basearam na questão legal, pois a sobreposição da TI ao PARNA resultaria na alteração dos limites do parque, assim, este ato seria inconstitucional, já que para alteração de limites de Unidades de Conservação somente são permitidos por atos legais, via parlamento. De acordo com Maciel (2004), foi apontada também a redução que o PARNA sofreu ao longo de sua história, estando confinado a um quarto do que possuía quando criado. Também foi feito um discurso que atribuía aos indígenas a culpa pela devastação ambiental da ilha.

Contraopondo-se ao discurso conservacionista, a FUNAI, aponta para os desvios de função da contestação, pois não foram direcionados a apontar os vícios ou erros dos estudos de identificação e não foi capaz de desconfigurar a ocupação Javaé (MACIEL, 2004).

Uma questão muito importante é a criação de gado no interior da ilha. A pecuária começou a ser estimulada na região a partir de 1930, foi apropriada pela FUNAI na década de 1970, que cobrava pela entrada dos rebanhos na ilha, a atividade é praticada até os dias atuais por lideranças indígenas, que arrendam terras para serem utilizadas como pasto. A atividade

pastoril não é tradicional dos indígenas Javaé e Karajá, gerando posições contrárias entre os indígenas quanto a essa prática em seus territórios, pois possuem um efeito negativo sobre o ambiente que são as queimadas realizadas para a renovação das pastagens, e que sistematicamente atingem a ilha de forma incontrolável. Muitos veem a atividade como uma saída para obter renda e alegam que há uma ineficiência do Estado quanto à realização de projetos alternativos para geração de renda que possuam continuidade, normalmente tais propostas são pontuais.

A questão do gado continua sendo o maior ponto de divergências dentro dos conflitos existentes na região, em 2008 houve uma grande operação para retirada do gado da área atingida pela sobreposição, no caso a TI Inawebohoná, o gado foi retirado com sucesso, porém em 2009 houve uma proposta de um Termo de Ajustamento de Conduta para que os Javaé de Inawebohoná pudessem praticar a agropecuária, esta proposta nunca entrou em prática. O arrendamento de terras para criação de gado ocorre tanto no lado Karajá como no lado Javaé da ilha, e o gado que foi retirado hoje volta à Ilha do Bananal, de forma um pouco mais tímida, mas crescente.

Toral (2004) argumenta sobre a necessidade de diversos projetos, que estejam aliados as especificidades de cada área da ilha. Coloca ainda que não será um único projeto que garantirá a preservação da ilha e das culturas indígenas, e sim uma diversidade de ações que poderão garanti-las. Isso se deve pela extensão da Ilha com diversas paisagens e comunidades espalhadas pelo território, cada paisagem deve ser manejada de forma específica e cada projeto deve estar aliado com as especificidades de cada aldeia.

A questão do gado se desdobra ainda por não ser uma prática tradicional dos modos de vida das populações Karajá e Javaé, que por serem essencialmente pescadores, estão mais interessados na rede hidrográfica do que nos campos (TORAL, 2004).

Nessa perspectiva, em 2006, por iniciativa dos Javaé que procuraram o Ministério Público Federal, foi realizada uma reunião no dia 30 de maio com representantes do IBAMA, FUNAI, PPTAL, Universidade Federal do Tocantins, CIMI, Secretaria de Pesca do Tocantins, além de políticos locais (RODRIGUES, 2008). O objetivo da reunião era firmar uma parceria entre os Javaé, FUNAI e IBAMA, no que diz respeito à fiscalização da área sobreposta (RODRIGUES, 2008).

Na tentativa de resolver os conflitos relativos ao uso do território, mais especificamente à pesca realizada pelos Javaé de Inawebohoná foi proposto um “Acordo de Pesca”, com intenção de legalizar a pesca comercial e alcançar um manejo sustentável dos recursos pesqueiros. Um acordo de Pesca se caracteriza por ser “um conjunto de medidas

decorrentes de tratados consensuais entre os diversos usuários e o órgão gestor dos recursos pesqueiros em determinada área, definida geograficamente” (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2003).

Em novembro de 2007 foi assinado um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) que permitia aos Javaé pescar na área sobreposta de forma legal, até que um “Acordo de Pesca” fosse estabelecido. O TAC de 2007 venceu e foi renovado, atualmente está em vigência outro TAC, pois ainda não saiu o termo do Acordo de Pesca. O Termo de Ajustamento de Conduta estabeleceu diversas obrigações para os atores envolvidos.

O “Acordo de Pesca” se mostra uma ferramenta importante se for implementada da forma como pensada, pois apresenta uma fonte de renda que condiz com as tradições do povo Javaé, coloca os atores institucionais como aliados na fiscalização e nos interesses de preservação da biodiversidade e das práticas tradicionais dos indígenas.

Outro conflito existente na região se dá pela presença de produtores rurais, principalmente os produtores de arroz das imediações da Ilha do Bananal, que bombeiam a água do Rio Javaés, principal fonte de renda da população Javaé. Apesar da existência do conflito não há nenhuma ação por parte dos órgãos indigenista e ambiental federal em se solucionar o conflito.

Atualmente não se discute o direito dos povos indígenas em permanecer na Ilha do Bananal nem em extinguir a Unidade de Conservação, por sua importância ecológica. A questão que se coloca agora é como trabalhar em conjunto e garantir o uso Karajá e Javaé e ao mesmo tempo preservar os recursos naturais, tal questão deve ser trabalhada no Plano de Manejo do Parque Nacional do Araguaia e em um plano de gestão territorial das Terras Indígenas da Ilha do Bananal.

## **Recomendações e conclusão**

A partir dos pontos enunciados durante o trabalho observei a necessidade de um planejamento que vise à gestão ambiental e territorial das Terras Indígenas da Ilha do Bananal, pois a partir do conhecimento dos usos que se faz do território, é possível propor a nações capazes de minimizar os impactos ambientais e diminuir as desigualdades sociais, preservando assim a cultura tradicional indígena e o meio ambiente da região.

Ainda na perspectiva de um planejamento é necessário que haja uma revisão do Plano

de Manejo do Parque Nacional do Araguaia que considere as comunidades indígenas e as inclua no processo de construção deste material, já que são as comunidades as maiores interessadas na manutenção dos recursos naturais, pois são elas que sentem de forma mais grave os impactos ambientais gerados a partir da ação humana.

É preciso que sejam feitas mais fiscalizações com duração de mais tempo, para coibir pescadores, caçadores, e criadores de gado ilegais. Assim como mais pesquisas na área da biodiversidade, para que elas possam auxiliar nas proposições de ações e projetos que visem o desenvolvimento social e a manutenção da biodiversidade local. Infelizmente essas recomendações se deparam com uma realidade difícil vivenciada pelos órgãos ambiental e indigenista, que são a falta de recursos humanos e financeiros para realizar operações e pesquisas deste porte constantemente, pois há um desinteresse, proposital, vindo de grupos políticos, como grandes produtores rurais, mineradoras entre outros, que não tem interesse em políticas públicas voltadas para um maior conhecimento sobre a diversidade étnica e biológica existente no país.

A questão do arrendamento de terras para pastagem é muito delicada, pois muitos indígenas veem essa prática como sendo a única alternativa de renda fixa que há, é uma prática que sem o manejo correto pode ser devastadora pro meio ambiente e para as comunidades em geral, pois há utilização desmedida dos recursos naturais e as queimadas associadas a essas práticas se tornam incontrolláveis. Sugerir uma ação ou projeto que substitua essa prática seria leviano da minha parte, pois não há como recomendar algo desse porte sem que haja um conhecimento muito amplo da realidade das comunidades indígenas da Ilha do Bananal. O que seria possível propor são projetos voltados para a real necessidade e interesses da população indígena local como forma alternativa de geração de renda, como cita Toral (2004) não será um único projeto que resolverá os problemas ambientais e das comunidades da região, e sim uma diversidade deles pensados a partir das especificidades de cada comunidade e ambiente.

Aos poucos vemos uma retomada do território indígena na Ilha do Bananal, e cabe aos indígenas a decisão de como gerir o seu território, sendo dever do Estado garantir mecanismos que possibilitem, de forma segura, sua reprodução física e cultural, além da proteção e conservação dos seus territórios.

O “Acordo de Pesca” se mostra uma ferramenta muito útil, pois permitiria aos Javaé a prática tradicional da pesca, já que são pescadores por excelência e a praticam a séculos, além do que permitiria ao Estado um maior conhecimento sobre as condições ambientais da região, sendo a população indígena protagonista deste processo. Outro ponto positivo se o acordo

entrasse em vigor seria a possibilidade de realizações de pesquisas relativas à fauna aquática da região, os cientistas poderiam utilizar os conhecimentos indígenas, e os indígenas poderiam ser beneficiados pelas pesquisas, haveria aí uma troca de saberes, e os atores seriam aliados em um projeto que visa do desenvolvimento sustentável e com um empoderamento das comunidades.

Ao analisar o andamento do TAC de pesca, é possível ver que não vem sendo seguido por nenhum dos atores envolvidos, então mesmo um projeto que é de interesse dos indígenas e se relaciona com as práticas tradicionais da população local não tem prosseguimento. Isso se deve pela falta de articulação entre os órgãos e os indígenas e a falta de planejamento na hora da construção do Termo de Ajustamento de Conduta, que não levou em conta a realidade vivida por nenhum dos atores.

Considero que a pesquisa alcançou seus objetivos, pois os produtos cartográficos elaborados permitem que outros pesquisadores e interessados possam ter acesso a uma informação sobre a dinâmica dos territórios indigenista e conservacionista, sobrepostos um ao outro, na Ilha do Bananal de forma mais clara e objetiva.

## Referências bibliográficas

- ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. *Dinâmica Territorial: Cartografia – Monitoramento – Modelagem*. Brasília: Mapas, 2008.
- BRASIL. *Decreto nº. 68.873*, de 5 de julho de 1971. “Altera a área e estabelece os limites do Parque Nacional do Araguaia”.
- \_\_\_\_\_. *Decreto nº. 71.879*, de 1º de março de 1973. “Retifica o Decreto nº. 68.873, de 5 de julho de 1971, que altera a área e estabelece os limites do Parque Nacional do Araguaia”.
- \_\_\_\_\_. *Decreto nº. 84.844*, de 24 de junho de 1980. “Altera os limites do Parque Nacional do Araguaia e do Parque Indígena do Araguaia”.
- JOLY, Fernand. *A Cartografia*. 11. ed. Campinas: Papirus, 2008.
- MACIEL, Nei José Brito. *Conflitos Territoriais e Diálogos Interétnicos: a sobreposição territorial entre os Javaé de Inãwebohoná e o Estado Nacional, na ponta norte da Ilha do Bananal/TO*. Brasília: Universidade de Brasília, 2004.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. *Plano de Manejo do Parque Nacional do Araguaia – TO*. Brasília, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Instrução Normativa IBAMA nº 29/2003*.
- RAMSAR. *The List of WetLands of International Importance*. 2014. Disponível em: <<http://www.ramsar.org/pdf/sitelist.pdf>>. Acesso em: mar. 2014.
- REZENDE FILHO, José Roberto Gonçalves de. *Análise, classificação e tratamento de ruído em imagens de séries temporais NDWI do sensor modis na Ilha do Bananal*. Brasília: Universidade de Brasília, 2013.
- RODRIGUES, Patrícia de Mendonça. *A caminhada de Tanyxiwè: uma teoria Javaé da História*. Chicago, 2008.

ROSA, Roberto. Análise Espacial em Geografia. *Revista da ANPEGE*, v. 7, n. 1, 2011. Disponível em: <<http://anpege.org.br/revista/ojs-2.2.2/index.php/anpege08/article/viewFile/163/RAE23>>. Acesso em: 22 maio 2014.

TORAL, André Amaral de. Terras Indígenas e o Parque Nacional do Araguaia. In: RICARDO, Ana Fany (org.). *Terras Indígenas & Unidades de Conservação da Natureza: o desafio das sobreposições*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004.

VIEIRA, Pedro Alves. *Caracterização das unidades geomorfológicas Geoambientais da Planície do Bananal*. Goiânia, 2002.

Zanatto, Vinícius Galvão. *Conflitos Institucionais em Territórios Indígenas: o caso das Terras Indígenas da Ilha do Bananal e o Parque Nacional do Araguaia – TO*. Brasília: Universidade de Brasília, 2014.